



Opinião Econômica

Laura Müller Machado

Mestre em Economia Aplicada pela USP, é professora do Insper e foi secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo



Brasil precisa modernizar governança de benefícios sociais

País utiliza mesma tecnologia básica para concessão de benefícios sociais há mais de 20 anos

A Constituição Federal, no parágrafo único do artigo 6º, estabelece: “Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo Poder Público.” Ao direcionar o benefício especificamente aos que se encontram em vulnerabilidade, o texto constitucional respalda a opção por uma política social focalizada, ou seja, que concentra os recursos disponíveis na população mais pobre e fragilizada. Os benefícios da focalização são muitos. Um deles é dar mais a quem mais precisa.

O grande desafio, contudo, reside na governança da entrega desses benefícios, aspecto apontado pelo Prêmio Nobel de Economia Abhijit Banerjee como uma das principais questões de política social a serem resolvidas na atualidade, reconhecendo a

inexistência de soluções simples. Afinal, quais são as boas práticas internacionais de governança na concessão de benefícios? Entender por que identificar os beneficiários é tão complexo ajuda a compreender a razão de cada uma das práticas.

O desafio decorre da alta informalidade e da consequente invisibilidade da renda dos mais vulneráveis. Enquanto o cidadão não vulnerável declara Imposto de Renda e atua no mercado formal, fornecendo dados auditáveis ao governo, os mais pobres estão na informalidade e enfrentam forte volatilidade de renda. Um vendedor ambulante, por exemplo, pode faturar bem em um mês e nada no seguinte; qual renda deveria ser considerada nesse caso? Reconhecer as conquistas já alcançadas pelo País

também explica por que essas práticas e não outras. São indiscutíveis os excepcionais serviços prestados pelo Cadastro Único ao longo de sua história. É justamente a existência dessa base robusta que permite ao Brasil vislumbrar os novos horizontes apontados pela literatura econômica internacional.

A partir dessa estrutura cadastral e da alta informalidade, a literatura científica identifica quatro diretrizes para modernizar a concessão de benefícios, explicadas na sequência. A primeira prática recomendada é a adoção dos chamados proxy-means tests, método que visa medir a renda ou nível de pobreza sem medir diretamente a renda declarada. A medição da vulnerabilidade não deve se basear apenas na renda declarada no momento da entre-

vista, mas sim em um conjunto multidimensional de indicadores do cadastro (como escolaridade, bens e características do domicílio). Se o Cadastro Único reúne mais de 100 variáveis por família, não há razão para definir a elegibilidade com base na declaração de apenas uma delas, como faz o Brasil hoje. Essa é uma melhoria de baixo custo e alto impacto preditivo.

A segunda prática envolve o fortalecimento da qualidade e da frequência do Cadastro Único. É essencial elevar a precisão dos dados por meio de busca ativa e visitas domiciliares, além de garantir atualizações mais frequentes. O contato do Estado com a população vulnerável apenas a cada dois anos é insuficiente para capturar quem está invisível ou sofreu choques recentes

de renda. A terceira prática envolve o uso do mapeamento geográfico da pobreza. Com base em dados administrativos e censitários, o governo dispõe de mapas detalhados sobre os municípios onde a pobreza se concentra.

A focalização geográfica pode atuar como um balizador eficiente e barato para a alocação de benefícios. A quarta prática envolve a incorporação de dados administrativos tempestivos. Como complemento às declarações do cadastro, o cruzamento contínuo com registros de consumo em tempo real, como gastos com energia elétrica ou telefonia móvel, permite mensurar a pobreza de forma dinâmica e barata, capturando a volatilidade da renda no momento em que ela ocorre. O Brasil utiliza a mesma tecnologia básica para concessão de benefícios sociais há mais de 20 anos. Ela cumpriu um papel histórico fundamental, mas o país tem hoje todas as condições para liderar a vanguarda da governança social no mundo. Não podemos perder essa oportunidade.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Indústria completa 21 meses sem confiar na atividade

/ INDÚSTRIA

Pesquisa divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a indústria está há 21 meses sem confiança no setor industrial e na economia brasileira, o maior período já registrado desde 2015 e 2016. A queda é explicada pela piora tanto da avaliação sobre as condições atuais quanto das expectativas para os próximos seis meses, com destaque para a piora mais acentuada na percepção sobre a economia.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) recuou 1,4 ponto em setembro, de 46,3 pontos para 44,9 pontos. Com esse resultado, o Icei segue abaixo da linha divisória de 50 pontos, o que sinaliza pessimismo dos empresários.

“Essa queda foi generalizada, verificada em todos os componen-

tes do índice, tanto a avaliação das condições correntes quanto as expectativas”, afirmou o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo. “Chama a atenção a questão da avaliação da economia brasileira. O índice mostrou uma forte queda, apesar de já estar bem abaixo da linha divisória de 50 pontos.”

O Índice de Condições Atuais retrocedeu em 2,5 pontos, de 42,7 pontos para 40,2 pontos. O gerente da CNI sustenta que a baixa reflete uma deterioração na percepção acerca da economia brasileira, que caiu 3,6 pontos, de 36,6 pontos em agosto para 33 pontos em setembro. A avaliação sobre as condições das empresas também apresentou queda de 1,9 ponto, de 45,7 pontos para 43,8 pontos.

O pessimismo também se traduz no Índice de Expectativas, que cedeu em 0,9 ponto e foi de 48,1

para 47,2. A avaliação dos empresários sobre o futuro da economia brasileira, antes em 39,7 pontos, agora está em 39,1, ou seja, 0,6 ponto a menos. As perspectivas para as empresas pioraram em 1 ponto: de 52,3 para 51,3.

Marcelo Azevedo destacou os baixos resultados ao longo do ano. “Mesmo quando houve algumas melhoras desses índices em meses de 2026, foram pontuais e não mudaram muito o quadro. Continuou sendo uma falta de confiança disseminada entre os empresários industriais. Esse prolongado período tende a formar posições mais firmes dos empresários com relação a contratações, investimentos e produção”, explicou.

Para esta edição da pesquisa, a CNI consultou 1.186 empresas, sendo 475 pequenas, 441 médias e 270 grandes, entre 1º e 8 de setembro de 2026.

Para 41%, economia do País vai melhorar nos próximos 6 meses

/ PESQUISA

A parcela dos brasileiros que espera uma melhora da economia do País nos próximos seis meses subiu de 36% para 41%, segundo pesquisa BTG/Nexus divulgada nesta segunda-feira, 14. No sentido oposto, o percentual dos que projetam uma piora caiu de 29% para 22%.

Outros 25% acreditam que a economia permanecerá igual, ante 22% na rodada anterior, enquanto 13% não souberam ou não responderam.

O aumento do otimismo ocorre apesar de a percepção sobre o cenário atual continuar majoritariamente negativa.

Para 53% dos entrevistados, a economia do País está ruim ou péssima; 28% a consideram regu-

lar e 17%, ótima ou boa. Na pesquisa anterior, os percentuais eram de 52%, 30% e 16%, respectivamente.

A expectativa em relação às finanças pessoais também melhorou. Os que acreditam que a própria situação financeira vai melhorar nos próximos seis meses passaram de 43% para 47%. Outros 31% esperam estabilidade, 12% projetam uma piora e 10% não souberam responder.

Segurança pública, violência e criminalidade são citadas como um dos dois principais problemas do Brasil por 34% dos entrevistados. Em seguida aparecem saúde pública, com 28%; corrupção, com 27%; e educação, com 18%.

Na rodada anterior, segurança era mencionada por 35%, saúde por 31%, corrupção por 23% e educação por 17%.